



ESCOLA DE  
HUMANIDADES

# EDUCAÇÃO

Educação, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-13, set.-dez. 2020  
e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X

<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2020.3.38667>

DOSSIÊ

## Educação infantil e currículo: um olhar sobre os olhares da produção acadêmica

*Childhood education and curriculum: a glance over the academic production*

*Educación infantil y currículum: una mirada a las miradas de la producción académica*

**Elaine Luciana Sobral Dantas<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0003-0331-8180](https://orcid.org/0000-0003-0331-8180)  
[sobral.elaine@gmail.com](mailto:sobral.elaine@gmail.com)

**Denise Maria de Carvalho Lopes<sup>2</sup>**

[orcid.org/0000-0002-1791-0735](https://orcid.org/0000-0002-1791-0735)  
[denisemcl@terra.com.br](mailto:denisemcl@terra.com.br)

**Recebido em:** 21/7/2020.

**Aprovado em:** 30/11/2020.

**Publicado em:** 8/3/2021.

**Resumo:** O artigo analisa produção acadêmica nacional relativa à temática do currículo na Educação Infantil, tradicionalmente reconhecida como controversa na área e, ao mesmo tempo, central à consolidação da Educação Infantil enquanto etapa inicial da Educação Básica e à construção de propostas e de práticas institucionais de qualidade para a infância. Essa centralidade materializa-se na instituição de documentos curriculares oficiais nas últimas décadas. Em meio às tensões que marcam as discussões sobre o tema, o que dizem as pesquisas que o tomam como objeto? Tomando como fonte a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o estudo buscou investigações que focalizam o currículo na/da Educação Infantil, entre 2009 e 2019. Foram identificados 45 trabalhos – dissertações e teses – com uma multiplicidade de focos e perspectivas: políticas públicas, práticas pedagógicas, processos de elaboração e de desenvolvimento, fundamentos, diversidade humana, especificidades e direitos infantis. A diversidade da produção revela-se profícua à afirmação do currículo como tema fundamental à educação de crianças de zero a cinco anos, o que implica em mais estudos e mais compreensão junto às políticas, às propostas e às práticas pedagógicas.

**Palavras-chave:** educação infantil, currículo, documentos curriculares, prática pedagógica.

**Abstract:** This paper analyzes the national academic production relative to the Childhood Education Curriculum theme, acknowledged as controversial since its emergence on the area, the curriculum establishes as central to the consolidation of Childhood Education as an initial stage for Elementary Education, as well as to the construction of proposals and institutional and practices of quality, that respect child's specificities. This centrality in materialized in official curricular documents. Amidst the tensions marking discussions on the theme, what say the the research centering on it? Based on the Digital Library for Theses and Dissertations - BDTD, the study searched investigations focusing the curriculum at/of Childhood Education, between 2009 and 2019. 45 papers were identified, both dissertations and theses, theming curriculum in a multiplicity of focuses and perspectives: public politics, pedagogical practices, elaboration and development processes, foundations, human diversity, specificities and child rights. The diversity of production corroborates the claim that curriculum is fundamental to the education of children from zero to five years of age, implying more studies and comprehension of politics, proposals and pedagogical practices.

**Keywords:** childhood education, curriculum, curricular documents, pedagogical practice.

**Resumen:** El artículo analiza producción académica nacional relacionada con el tema curricular en la educación de la primera infancia, reconocido como controvertido desde su aparición en el área y central para la consolidación de la educación de la primera infancia como la etapa inicial de la educación básica, así como para la construcción de propuestas y prácticas institucionales de calidad que respeten las especificidades infantiles. Esta centralidad se materializa en el establecimiento de documentos oficiales en las últimas décadas. En medio



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Angicos, RN, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil.

de las tensiones que marcan las discusiones sobre el tema, ¿qué dicen las investigaciones que lo toman como un objeto? Tomando como fuente la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones - BDTD, el estudio buscó investigaciones que se centren en el currículum en la educación infantil entre 2009 y 2019. Identificamos 45 obras, disertaciones y tesis, que tematizan el currículum en una multiplicidad de enfoques y perspectivas: políticas públicas, prácticas pedagógicas, procesos de elaboración y desarrollo, fundamentos, diversidad humana, especificidades y derechos del niño. La diversidad de la producción resulta fructífera al afirmar que el currículum es un tema fundamental para la educación de niños de cero a cinco años que implica más estudios y una mayor comprensión de las políticas, las propuestas curriculares y las prácticas pedagógicas.

**Palabras clave:** educación infantil, currículum, documentos curriculares, práctica pedagógica.

*(...) Por antes a força da palavra é que me dava a noção. Mas em vista do que vi, o olhar reforça a palavra. O olhar segura a palavra na gente (...).*

(Manoel de Barros, 2010)

O olhar analítico à produção acadêmica sobre currículo na/da Educação Infantil emerge do reconhecimento de que o tema é, historicamente, lugar de tensão, envolvendo diferentes concepções e posições em relação a sua pertinência, ao tempo em que se observa um avanço significativo na produção de documentos normativos curriculares para essa etapa na última década.

O alargamento da compreensão sobre a criança, seu lugar na sociedade e sua educação, propiciado por diversos campos da ciência no século passado, juntamente às transformações sociais e políticas ocorridas em nosso País, nos anos de 1980, com o processo de redemocratização e intensificação de movimentos sociais, mobilizaram a instituição legal da Educação Infantil como direito da criança-cidadã e a sua definição como integrante da Educação Básica, com função pedagógica e finalidade própria de promover o desenvolvimento integral das crianças em contraposição às perspectivas assistenciais, compensatórias e preparatórias, hegemônicas até então – e presentes ainda hoje – em creches e pré-escolas.

A definição do caráter pedagógico da Educação Infantil conduziu, por sua vez, ao reconhecimento

das propostas pedagógicas – ou “organização do currículo” como imprescindíveis e determinantes da qualidade do trabalho ofertado, como propõe Zabalza (1998), tendo em vista as especificidades infantis, bem como as necessidades dos profissionais que atuam nas instituições em relação a orientações mais precisas acerca do fazer cotidiano junto às crianças de modo a lhes propiciar condições adequadas e ricas de aprendizagem e de desenvolvimento a que têm direito.

Esse reconhecimento se fez juntamente a reconstruções elaboradas, também, nas concepções de currículo que avançaram para produções críticas às conceituações tradicionais: de rol de conteúdos disciplinares e atividades diretamente vinculadas ao planejamento do professor, para um entendimento que abarca um amplo espectro de acontecimentos do cotidiano das crianças nas escolas que as marcam, as (trans)formam e que são constitutivas de suas identidades pessoais (Silva, 2015).

Ao mesmo tempo, a construção e a discussão de práticas educativas que se sistematizam como abordagens e/ou modelos curriculares de qualidade destinadas à primeira infância em âmbito internacional passam a circular no contexto nacional e fomentam reflexões sobre necessidades e possibilidades de organização da educação de bebês crianças e pequenas, chamando atenção para propostas pedagógicas e curriculares.

Em meio a esse corpo de produções, emergiu o Programa Currículo em Movimento, por iniciativa do Ministério da Educação, cujo desdobramento foi a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009) e, mais recentemente, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) com a inclusão de um capítulo dedicado à Educação Infantil. Esses documentos visam instrumentalizar a elaboração de propostas pedagógicas de qualidade para a etapa e atender a uma demanda das instituições e dos profissionais em relação à organização do trabalho com bebês e crianças pequenas.

Entretanto, em que pese as significativas negociações e consensos conquistados na área em relação a definições e proposições nos documentos produzidos, os debates e tensões se

mantêm – o tema do currículo persiste como desafio aos estudos e pesquisas que se realizam no campo da Educação Infantil.

Esse quadro aponta para a necessidade de conhecimento sobre estudos acerca do tema, perspectiva assumida no presente texto em que objetivamos analisar produções acadêmicas que tomam o currículo na Educação Infantil como objeto de investigação. A discussão tem, por base, um levantamento bibliográfico, considerando as possibilidades de contribuição de estudos dessa natureza, sobretudo para a reflexão sobre temas em relação aos quais há reconhecida controvérsia e necessidade de explicitação de posições, suas especificidades e contribuições.

### Currículo como tema em discussão

A compreensão acerca de currículo consiste em uma produção histórica que vem sofrendo transformações impulsionadas por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos. A compreensão original vincula-se ao significado etimológico da palavra latina *scurrere*, cujas significações envolvem “curso a ser seguido ou, mais especificamente, (...) o conteúdo apresentado para estudo. (...) O vínculo entre currículo e prescrição foi, pois, forjado desde muito cedo e, com o passar do tempo, sobreviveu e fortaleceu-se” (Goodson, 2013, p. 31). A partir dessa origem, a palavra emerge, segundo o autor citado, como conceito vinculado à escolarização, quando essa, por sua vez, estava se transformando em processo/prática de massa. Assim, ligado a processos de organização e de controle social na escola, via determinação do que seria processado em sala de aula, por meio de transposição do que se processava nos mundos sociais, o significado inicial foi se consolidando como “sequência estruturada ou ‘disciplina’ (...) aliado à ordem social e como “enfoque único” (Goodson, 2013, p. 32).

Essas premissas são retomadas, no início do século XX, vinculando o currículo a “processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos” (Silva, 2015, p. 12) e configuram-se com uma perspectiva tradicional de currículo, articulando-o

a processos-práticas de ensino, aprendizagem, avaliação, metodologias, planejamento e eficiência, restringindo-o, por conseguinte, a uma perspectiva técnica, tendo em vista a manutenção do *status quo* mediante processos de escolhas de objetivos e conhecimentos inquestionáveis (Silva, 2015, p. 15-30).

No final dos anos de 1970, essa compreensão é problematizada a partir de perspectivas críticas que questionam, tanto os fundamentos da organização dos currículos nos espaços educacionais, quanto os modos pelos quais os currículos operam. Para Apple (1982), o currículo não consiste em um corpo de proposições neutras de conhecimentos, ao contrário, vincula-se, intrinsecamente, ao contexto social e econômico mais amplo, dado que os objetivos e conteúdos definidos refletem interesses e valores de grupos sociais hegemônicos. Tem, portanto, dimensão política, pois reflete decisões e posições em relação ao que se toma como objeto de conhecimento.

Essa perspectiva é ampliada com as teorizações de H. Giroux (1992) para quem o currículo é espaço, não apenas de transmissão passiva de conhecimentos, mas de relações de poder, que envolvem conflito, disputa e produção, pelos sujeitos envolvidos, de significações pertinentes à cultura. Ao mesmo tempo, a escola e o currículo se configuram como espaços de possibilidades – de participação e emancipação – onde professores e alunos têm voz, se consideram mutuamente e se transformam.

As proposições de caráter crítico são ampliadas e aprofundadas com as perspectivas identificadas como pós-críticas, que passam a considerar, no âmbito da produção de currículos, dimensões mais específicas da diversidade humana e cultural: raça, etnia, gênero, também concebidas como significações vinculadas a relações de poder e constitutivas do processo de construção das identidades das pessoas que vivenciam e produzem os currículos nas instituições (Silva, 2015).

Essas teorizações, ainda que não tenham produzido uma transformação profunda na composição dos currículos escolares que conservam, até a atualidade, muito das visões tradicionais,

introduziram novos aportes para sua reflexão e discussão a partir de uma compreensão de que currículos são produzidos no vivido pelos sujeitos – crianças e professores(as) – cotidianamente nas instituições, segundo decisões e intenções, ainda que não haja prescrição documentada, decisões relativas a quais conhecimentos são recortados do repertório sócio-histórico-cultural, bem como aos modos como estes são compartilhados pelos sujeitos nas escolas, como são vivenciados e significados por eles compondo suas identidades pessoais em todas as etapas e segmentos educacionais.

### Currículo e/na Educação Infantil

A discussão sobre currículo no campo da Educação Infantil tem sua emergência, no contexto brasileiro, entre o final dos anos de 1970 e de 1980 quando, em meio ao processo de redemocratização do País e retomada de movimentos reivindicatórios da sociedade civil e, ainda, às intervenções de organismos internacionais sobre a educação, a pré-escola começa a tornar-se objeto de políticas oficiais. Sua função social torna-se objeto de discussão e o currículo a ser desenvolvido nas instituições passa a ser tematizado em suas bases e alternativas pedagógicas (Assis, 1985).

A instituição da criança como sujeito de direitos pela Constituição Federal de 1988 ratifica as mudanças que vinham se produzindo nos movimentos sociais e na produção acadêmica emergente em relação à compreensão da criança e de sua educação, bem como do papel da família e da sociedade nesse processo. Esse reconhecimento legal, por sua vez, mobiliza a definição da Educação Infantil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.494, 1996) como etapa inicial da Educação Básica, com função pedagógica de promover o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos em ação complementar a da família.

Desde essas primeiras discussões sobre o tema afloram, entre profissionais e estudiosos

da área, controvérsias relativas à (im)pertinência de uma organização curricular em creches e pré-escolas, considerando as especificidades das crianças e a concepção tradicional e tecnicista de currículo, vinculada à escolarização e à estruturação rígida de processos pedagógicos mediante elenco de disciplinas/matérias e de conteúdos alheios aos sujeitos. No contexto dessa posição construiu-se uma forte resistência à discussão, no âmbito da Educação Infantil, de questões pertinentes a conhecimento, ensino, aprendizagem, conteúdo, termos historicamente vinculados à tradição escolar.

Ao mesmo tempo, no contexto internacional das últimas décadas, vêm se consolidando produções acerca de práticas desenvolvidas com crianças de zero a seis anos que se configuram como abordagens ou modelos curriculares<sup>3</sup> que, com suas concepções de criança, desenvolvimento e educação, têm inspirado, em diferentes espaços, outras construções que permitem superar antagonismos entre visões assistencialistas ou escolarizantes de educação para a primeira infância.

Nessas proposições, com seus diferentes aportes teóricos e metodologias, afirma-se a criança como sujeito de seus processos educativos, capaz de (inter)agir, participar, expressar-se em múltiplas linguagens e produzir cultura a partir de interações oportunizadas, de modo intencional e sistemático, com a cultura existente. Evidencia-se o papel dos profissionais como responsáveis pela criação de condições de aprendizagem e do desenvolvimento de crianças, cujo potencial reside na qualidade das experiências vivenciadas. Afirma-se, assim, a composição curricular de creches e pré-escolas como crucial à constituição das crianças como pessoas em processos relacionais e dialógicos.

A partir dessas perspectivas, ao mesmo tempo em que se propõe um currículo compreendido como as intenções e interações presentes no cotidiano das instituições, reconhece-se que o currículo vivido não pode ser total e previamente definido, visto que se materializa no tempo da

<sup>3</sup> Dentre esses modelos destacam-se as abordagens italianas de Reggio Emilia, de San Miniato e da Universidade de Estudos de Milão; o modelo High Scope originário dos EUA, o Movimento da Escola Moderna de Portugal e, mais especificamente para as crianças de zero a três anos, a abordagem húngara de Lóczy (Emi Pikler), entre outras.

ação, do acontecimento, nos (des)encontros entre crianças, docentes e famílias nos tempos-espacos das instituições. Mas, mesmo como definição e indefinição, o currículo afirma-se como imprescindível. Como afirma Barbosa (2009):

A projeção e elaboração de um currículo é importante porque nos faz refletir e avaliar nossas escolhas e nossas concepções de educação, conhecimento, infância e criança, reorientando nossas opções. E essas são sempre históricas, sempre redutoras diante da imprevisibilidade que é viver no mundo. Isto é, o currículo diz respeito a acontecimentos cotidianos que não podem ser objetivamente determinados, podem apenas ser planejados tendo em vista sua abertura ao inesperado. (Barbosa, 2009, p. 57)

Essas premissas, em que pese as resistências e as tensões que permeiam sua discussão e reconhecimento, têm sido incorporadas nos documentos curriculares produzidos no Brasil para a Educação Infantil, sobretudo na última década, a partir da atualização das DCNEI (Brasil, 2009), cuja primeira versão data de 1999. O documento assume a finalidade de referenciar políticas públicas e da organização de propostas pedagógicas para essa etapa, apresentando concepções, princípios, definições e proposições relativas à criança, infância, educação infantil, currículo, proposta pedagógica e orientações para organização de práticas, considerando a diversidade cultural (crianças indígenas e do campo) e aspectos pedagógicos como organização de espaços, tempos, materiais e avaliação.

Como desdobramento das DCNEI de 2009 e de determinações legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e do Plano Nacional de Educação de 2014, é produzido, a partir de 2015 e homologado em 2017, o documento da Educação Infantil que integra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cuja elaboração se faz em meio a controvérsias e negociações. O documento final – a terceira versão – apresenta marcas, tanto das discussões presentes na área, quanto da ruptura no cenário político e social do País em 2016, com a mudança de governo e de perspectiva em relação à educação. Em meio às muitas desfigurações perpetradas na versão final do documento da BNCC (Brasil, 2017), a parte

pertinente à Educação Infantil alcançou permanências significativas – em sua forma e conteúdo – em relação à segunda versão, produzida, ainda no governo anterior, mediante participação da área em âmbito nacional. Esse documento tem se desdobrado, por sua vez, na produção de propostas estaduais e municipais que visam ampliar suas proposições com a “parte diversificada”, própria de cada contexto, visando orientar a elaboração de propostas próprias de cada instituição.

É, pois, na confluência desse conjunto de produções relativas ao currículo no âmbito da educação de crianças de zero a cinco anos, bem como dos debates e embates que elas têm suscitado, que analisamos a produção acerca do tema.

### Currículo na Educação Infantil: olhares da produção acadêmica

O levantamento empreendido envolveu dissertações e teses produzidas nos últimos dez anos considerando, como um marco nas discussões da temática na área, a fixação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil pela Resolução CNE/CEB nº 05, de dez. de 2009. O *locus* de construção dos dados foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT). Em busca realizada a partir dos termos Educação Infantil e Currículo, foram identificados 45 (quarenta e cinco) trabalhos, dentre os quais 16 são teses de doutoramento e 29 são dissertações de mestrado. A produção mais expressiva situa-se nas regiões Sudeste (28 trabalhos) e Sul (8). Na região Nordeste há 6 trabalhos, na região Norte, 2 e, na região Centro-Oeste, apenas 1. No Sudeste, a maior parte dos trabalhos concentra-se nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como em determinadas instituições, o que decorre da existência de grupos com focos mais específicos e permanentes de estudo. Observa-se, portanto, a necessidade de ampliação de investigações sobre a temática nas demais regiões de modo a dar visibilidade às peculiaridades regionais, dada a diversidade que caracteriza nosso País.

É possível considerar, tendo em vista o tempo

de dez anos, que essa produção é pouco volumosa frente à relevância do tema para a área, sobretudo na última década, após o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em 2009 e a elaboração da Base Nacional Comum Curricular, entre 2015 e 2017. Tal fato pode indicar um desvio em relação à sua tematização (ou consideração), indicado no baixo número de trabalhos apresentados nas reuniões da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação ANPED), entre 2001 e 2017. Nesse quadro, o levantamento de estudos existentes pode contribuir para dar visibilidade às abordagens ao tema.

Os estudos identificados foram analisados buscando identificar, a partir de critérios de recorrência e singularização, os temas-focos privilegiados em relação ao currículo na Educação Infantil, compreendendo que esses aspectos constituem múltiplas faces do currículo e que são recortados para fins de aprofundamento. Mediante a análise desenvolvida foi possível agrupar os estudos em torno dos seguintes temas: 1) Currículo e Especificidades das crianças de zero a cinco anos; 2) Currículo, concepções de professores e práticas pedagógicas; 3) Políticas curriculares; 4) Currículo e Fundamentos de sua elaboração; 5) Currículo e Processos de construção e implementação.

### **Currículo e Especificidades das crianças de zero a cinco anos**

Com o foco nas especificidades das crianças de zero a cinco anos, foram identificados 13 (treze) trabalhos, sendo esse o grupo com maior número, o que aponta para a necessidade de compreensão, na área, de articulações entre o currículo e as especificidades das crianças dessa etapa, bem como os contextos em suas singularidades.

Para além do reconhecimento de que as crianças são sujeitos distintos marcados por fatores como classe social, cultura de origem, etnia, gênero, religião, dentre outros, reconhece-se que as crianças têm, como características comuns, a necessidade de cuidados que assegurem sua integridade física e psíquica e, ao mesmo tempo, capacidades de interação e expressão por múltiplas linguagens, de produção de sentidos singu-

lares sobre o mundo marcados por imaginação, fantasia, inventividade, brincadeira, afetividade. Imersas em culturas, as crianças recriam e produzem cultura. A consideração dessas características na construção de currículos enquanto processos que contribuem para a formação de subjetividades é condição para uma educação de qualidade para as crianças.

As pesquisas que integram esse grupo demonstram a preocupação em compreender aspectos ainda pouco explorados – e presentes no cotidiano das instituições – em relação às especificidades infantis, como práticas com bebês e crianças da creche, suas necessidades e capacidades, práticas com as múltiplas linguagens infantis e, ainda, práticas em contextos de culturas específicas.

Quatro trabalhos focalizam o currículo pertinente à educação dos bebês e das crianças em creches. O estudo de Carvalho (2011) analisou o trabalho pedagógico de uma creche pública, objetivando compreender a construção do currículo no espaço específico desse segmento por meio das práticas desenvolvidas no cotidiano, verificando uma dicotomia entre a Proposta Curricular e as práticas vividas nas rotinas da instituição, que não respeitam as especificidades das crianças envolvidas. De modo semelhante, a pesquisa de Carneiro (2017) focalizou o currículo em desenvolvimento para crianças de quatro a dezoito meses de idade em turmas de berçário em uma creche municipal no estado do Ceará, apontando que as vivências propiciadas não atendem aos direitos e às necessidades dos bebês no que diz respeito às brincadeiras e interações, à apropriação de diferentes linguagens, cuidado e educação. André (2016) visou articulações entre a intencionalidade de práticas docentes, as capacidades e saberes de bebês e a afetividade como caminho para a superação de práticas assistencialistas e "escolarizantes". A pesquisa de Santos (2017) abordou currículos praticados com bebês em instituições públicas, buscando interfaces entre políticas públicas e o (aprendizado do) exercício da docência em condições materiais e não materiais ofertadas pelo estado.

Reconhecida como um direito, a participação

das crianças nos contextos em que vivem, e para quem a aprendizagem precisa ser garantida na organização de currículos na Educação Infantil, foi tema de dois estudos. Trois (2012) investigou a participação das crianças na escola e na produção do currículo em uma instituição da rede municipal de Porto Alegre, evidenciando a compreensão e construção curricular a partir das interações constituídas no cotidiano escolar. Já o trabalho de Monteiro (2014) analisou como crianças, famílias e professoras participam da construção do currículo de uma instituição de Educação Infantil, frente às determinações da Secretaria Municipal de Educação em parceria com uma empresa privada de ensino, apontando um lugar limitado desses sujeitos em processo que se caracteriza como submissão.

As múltiplas linguagens – a imaginação, a oralidade, a brincadeira, a corporeidade, entre outras – como especificidades infantis a serem consideradas nos currículos são temas de estudos como os de Leite (2014) que investigou a oralidade como dimensão do desenvolvimento da criança e do currículo no contexto da Educação Infantil, juntamente à alegria e o encantamento. O estudo aponta a necessidade de formação continuada para que as práticas pedagógicas aliem esses elementos no cotidiano institucional. Camargo (2019) focalizou a criança, a infância, a educação infantil e o currículo a partir de imagens e textos considerando os modos como as crianças interpretam e ressignificam as vivências curriculares em movimentos marcados por incerteza, pluralidade e singularidade. Considerando os conhecimentos, linguagens e afetos potencializados pelas professoras de uma escola municipal de Educação Infantil no município de Vitória, Gonçalves (2019) tematizou a fabulação e a invenção como dimensões próprias das crianças e constitutivas do currículo por criarem processos de aprendizagens importantes. Teles (2018) investigou o brincar – como especificidade e direito infantil – na reorganização do currículo de uma escola de Educação Infantil piauiense, revelando que a implementação do projeto propiciou mudanças nos modos de agir, conceber e viver o brincar de

adultos e crianças, segundo uma compreensão do brincar na escola como relevante aos processos de aprendizagem e desenvolvimento.

O estudo de Bodenmuller (2017) analisou documentos curriculares nacionais para a educação infantil de países como Equador, Peru e Uruguai, com vistas a identificar suas bases epistemológicas e conceituais em relação às especificidades infantis. O estudo indicou uma tendência de antecipação da escolarização na educação infantil, principalmente pelos conteúdos curriculares, modos de organização e processos avaliativos semelhantes aos do segmento escolar posterior, em desrespeito às necessidades próprias das crianças dessa etapa.

As especificidades de crianças oriundas de contextos socioculturais com a marca da diversidade foram focalizadas por Miranda (2013), que investigou currículos produzidos com crianças de comunidades quilombolas verificando que estes processos envolvem saberes-fazeres pertinentes a um território em que predominam formas culturais próprias, quilombolas e afrodescendentes, que se distinguem nas produções culturais infantis e que precisam ser incluídos nos currículos, criando possibilidades de afirmação de suas singularidades. A emergência da temática racial como um dos componentes estruturantes do currículo da Educação Infantil foi analisada por Oliveira (2017). O estudo revela que as práticas realizadas na EMEI incorporam a história e a cultura africana e afro-brasileira, ao mesmo tempo que aponta a precariedade da formação docente necessária à mudança das práticas frente às relações étnico-raciais.

Os trabalhos analisados põem em relevo, tanto os avanços alcançados no respeito às especificidades infantis na produção de currículos nessa etapa, quanto as lacunas ainda presentes que se configuram como desafios a serem enfrentados no âmbito das práticas e das políticas de formação, de produção de documentos, de financiamento.

### **Currículo, concepções de professores e práticas pedagógicas**

Esse foi o tema privilegiado em nove trabalhos que investigam os currículos na Educação

Infantil, dando centralidade às concepções e/ou práticas pedagógicas, sua intencionalidade e sistematicidade, como mobilizadores de acontecimentos cotidianos nas instituições que se constituem em currículos vividos por crianças e professores. Nesse âmbito, Tussi (2011) privilegiou a relação entre a organização intencional do espaço e o currículo, concluindo que essa prática – estruturada a partir das concepções de criança, infância e educação infantil assumidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – qualifica os processos curriculares na instituição observada. Abuchaim (2012) investigou, em instituições públicas de Educação Infantil de São Paulo, relações entre prescrições documentais, práticas de planejamento e práticas cotidianas de pré-escolas como processos de transposição, destacando o papel mediador do professor ao integrar, reflexivamente, interesses das crianças e o projeto pedagógico. A pesquisa de Oliveira (2016) analisou processos de ensino-aprendizagem de linguagens numa Unidade de Educação Infantil na cidade de Belém-PA, a partir de projetos de linguagens dinamizados por professores, envolvendo linguagem, currículo e diferença, demonstrando que estas práticas potencializam a infância, suas linguagens e suas artes de aprender na diferença.

Com ênfase nos contextos em que as práticas se realizam, o estudo de Barros (2013) investigou concepções e práticas apresentadas por professoras de Educação Infantil em realidades socioeconômicas diversas que se orientam pelo mesmo documento oficial. Conclui que na escola particular o currículo em ação prioriza práticas escolarizantes, enquanto na escola conveniada, as práticas mostram mais autonomia, mas apresentam resquícios assistencialistas. Visando as relações entre concepções sobre currículos de crianças e adultos que atuam na educação infantil e seus contextos institucionais, Maia (2016) desenvolveu sua investigação em escolas exclusivas de Educação Infantil e escolas de Ensino Fundamental que têm turmas de Educação Infantil e ressaltou a potência dos encontros coletivos na formação de concepções individuais e coletivas.

Focalizando modos como as práticas se organizam na produção de currículos considerando as crianças como partícipes, Silva (2018) investigou, no cotidiano de uma instituição municipal de Educação Infantil, os movimentos infantis atravessando as práticas pedagógicas na elaboração dos currículos vivenciados – o que propicia uma resistência às imposições dos documentos. Fiorio (2013) desenvolveu investigação visando analisar situações de produção de acontecimentos que se convertem em currículo com a inserção das crianças como produtoras de imagens fotográficas gerando transformações nos currículos vividos por elas, mediante práticas intencionalmente desenvolvidas, em processos de reordenações e invenções de sentidos.

Tematizando as especificidades do fazer docente na produção de currículos nessa etapa, Freitas (2016) refletiu sobre práticas de professores no currículo da Educação Infantil, focalizando as diferentes configurações de ser professor na produção do currículo e na composição de identidades docentes, enquanto o estudo de Nascimento (2018) tendo, como foco, um documento curricular da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, analisou princípios e concepções reveladas por professoras sobre o que é indispensável às práticas pedagógicas integradoras na Educação Infantil a qual envolve a organização de tempos, espaços e materiais, o respeito às culturas infantis, ao brincar e ao protagonismo infantil.

### Políticas curriculares

Com um total de nove (09) trabalhos, esse grupo integra pesquisas que olham o currículo na Educação Infantil privilegiando as políticas curriculares, tanto nacionais, quanto locais.

Seis trabalhos focalizam políticas de âmbito nacional voltadas aos currículos da Educação Infantil: Pavezi (2014), problematizando o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), publicado pelo Ministério da Educação em 1998, bem como estudos críticos de matriz marxista que o abordam; Appolinário (2015), analisando repercussões da Provinha Brasil nas práticas curriculares da Educação Infantil, em dois municípios paulistas, com diferentes desdobramentos quanto



à função da pré-escola: antecipação da escolarização e de respeito às especificidades infantis; Souza (2017), focalizando desdobramentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 nas práticas de professores no contexto de um sistema de ensino privado em um município paulista que aponta discrepâncias entre práticas e o documento.

Os trabalhos a seguir, por sua vez, voltaram-se para a Base Nacional Comum Curricular, como documento de caráter orientador e normativo mais recente para toda a Educação Básica. O estudo de Agostini (2017) focaliza relações entre definições do documento e a construção de dispositivos de governamentalidade e normalização de corpos e subjetividades infantis. Fonseca (2018) problematiza a administração social da criança nas práticas pedagógicas preconizadas no documento, considerando-o como instrumento de poder, escolarização e disciplinamento. Souza (2018) aborda desdobramentos do referido documento no discurso de gestores da Secretaria Municipal de Educação de um município gaúcho, apontando para vertentes tradicionais e tecnicistas de educação, articuladas a perspectivas curriculares de "controle".

Os três demais estudos se voltam para políticas curriculares de âmbito local. Silva (2016) investiga influências da abordagem curricular de Reggio Emilia, na Itália, sobre o Currículo Integrador da Infância Paulistana, afirmando como um desafio às articulações entre os dois contextos em relação a princípios, concepções e valores. Zwetsch (2017) analisa o currículo da Educação Infantil considerando as políticas públicas e o contexto de uma instituição pública gaúcha, revelando discrepâncias entre propostas, princípios e as especificidades infantis. Paulino (2018) analisa documentos curriculares da rede municipal de São Paulo e suas contribuições para as práticas pedagógicas – reprodução ou inovação – revelando aspectos que se articulam a práticas de qualidade: preocupação com a formação reflexiva dos profissionais, com a construção coletiva do currículo e com consideração dos bebês e crianças como protagonistas e privilégio do lúdico.

## Currículo e fundamentos de sua elaboração

Os estudos aqui agrupados investigam aspectos relativos aos fundamentos dos processos de elaboração e de desenvolvimento dos currículos na Educação Infantil: perspectivas teóricas, princípios e concepções que se presentificam nas propostas pedagógico-curriculares das redes e das instituições educativas.

Dois estudos apresentam bases teóricas a serem consideradas na construção curricular: Prates (2012) analisa a interdiscursividade entre currículo e concepções de infância compreendendo-a como marcada por afetividade, inventividade, sensibilidade, propondo a composição de currículos que considerem os "aprendizados afetivos" e o pensamento inventivo das crianças. Akuri (2016) reflete sobre o Currículo na Educação Infantil com base na Teoria Histórico-Cultural e deduz implicações pedagógicas dessa corrente teórica para as práticas curriculares relacionando-as às formas mais elaboradas de produção humana, materializadas nas artes, nas ciências, na filosofia e na linguagem, o que implica conhecimento teórico por parte do professor.

Voltados para os fundamentos dos documentos oficiais que normatizam os currículos para essa etapa, os trabalhos de Espinoza (2014), Dantas (2016) e Giuriatti (2018) problematizam, com diferentes enfoques, concepções de discurso, conhecimento, direitos de aprendizagem e desenvolvimento e possíveis desdobramentos de tais aportes nas práticas cotidianas de professores e crianças.

As pesquisas de Ferreira (2012), Mota (2017) e Cicarello Junior (2018) analisam propostas curriculares em curso buscando identificar, respectivamente, concepções de conteúdo, de infância e de desenvolvimento humano, criança e educação infantil. Os estudos apontam para movimentos de assunção e exclusão dessas concepções nas propostas analisadas, o que repercute nas práticas e nos processos vividos pelos sujeitos envolvidos.

De modo semelhante, os estudos desse grupo explicitam o quanto as concepções, conceitos, princípios e valores dos agentes envolvidos nos diferentes níveis de definição curricular – desde a

elaboração de documentos até sua transformação em práticas cotidianas nas instituições – são determinantes na construção de currículos que envolvem e produzem, ainda que não linearmente, significações dos/nos sujeitos.

### **Currículo e processos de construção e de implementação**

Nesse eixo temático identificamos seis trabalhos que se debruçam sobre os processos de construção e de implementação de processos-propostas curriculares em redes e instituições, buscando analisar as relações, aproximações e contradições entre as práticas desenvolvidas e os documentos produzidos em contextos local e nacional.

Dois trabalhos investigam o desenvolvimento de currículos no cotidiano de instituições educativas. Amorim (2011) analisa materializações de políticas curriculares no currículo em ação de creches públicas do município de Santa Rita-PB, identificando improvisação e assistemática. Ao investigar modos de organização curricular em instituições de Educação Infantil no estado do Rio de Janeiro, Maia (2011) identifica práticas de organização segundo datas comemorativas do calendário civil e religioso – contrárias às diretrizes curriculares oficiais e com implicações na constituição das subjetividades das crianças.

Em seus trabalhos, Almeida (2014) e Souza (2015), por sua vez, investigaram o processo de implementação das orientações curriculares para a Educação Infantil na rede municipal de Juiz de Fora. Ambas apontam a necessidade de desenvolvimento de um Plano de Ação Educacional (PAE), envolvendo a formação docente e a construção coletiva de currículos nas escolas e na rede, superando a ausência de participação.

As pesquisas seguintes focalizam processos de construção de currículos no contexto de instituições específicas, analisando relações entre os textos e as práticas, conflitos e articulações entre os sujeitos envolvidos. Silva (2010) focaliza a construção de um currículo para a Educação Infantil em uma escola da rede privada de São Paulo e aponta dificuldades no atendimento às demandas dos bebês com suas especificidades e nas parcerias

com as famílias. Drummond (2014) investigou, em uma instituição da rede federal no Rio de Janeiro, processos de produção de sentidos na construção de políticas curriculares no entrelugar Educação Infantil-Ensino Fundamental, considerando a Coordenação Pedagógica como articuladora-mediadora de coprodução do currículo.

Os estudos que abordam processos de implementação põem em relevo as transformações e as reinvenções promovidas nos/pelos sujeitos e contextos que caracterizam os percursos dos currículos em suas elaborações e materializações apontando que, nesses processos, não há apenas reprodução, mas resistências e reconfigurações que atingem os currículos e os sujeitos, tal como propõe Silva (2015).

### **Considerações finais**

O trabalho dá visibilidade a diferentes faces do currículo que são objeto de estudos desenvolvidos nos últimos dez anos sobre o tema e afirma, por seu turno, o currículo como dimensão constitutiva da natureza pedagógica da Educação Infantil, ao tempo em que evidencia a necessidade de mais pesquisas que ampliem o conhecimento – e os questionamentos – em relação aos múltiplos aspectos constitutivos dos processos curriculares: fundamentos, percursos de construção e implementação, especificidades dos sujeitos envolvidos, relações com as concepções e práticas docentes, bem como com os contextos mais próximos e mais amplos em que se inserem.

Com seus diferentes focos e apontamentos, os estudos analisados possibilitam vislumbrar o quanto cada aspecto e suas articulações são relevantes à produção de propostas curriculares e aos seus desdobramentos nas vidas das crianças no contexto das instituições em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento uma vez que são processos que articulam intenções, decisões, ações e relações dos sujeitos envolvidos e que reverberam na constituição das crianças como pessoas singulares. Esses estudos corroboram posições críticas e pós-críticas relativas ao currículo ao afirmarem a vinculação entre processos curriculares e seus contextos, bem como ao (re)

conhecimento de sua constituição como processo multidimensional, dialógico, com múltiplas determinações de ordem social, cultural e política.

A produção analisada revela, por sua vez, que é preciso expandir os olhares acerca dos processos e das práticas curriculares na Educação Infantil, tanto em relação à sua extensão quantitativa, principalmente considerando a concentração geográfica discrepante, quanto em relação à expansão de faces e focos, como as especificidades das crianças muito pequenas, sobretudo dos bebês, segmento ainda pouco compreendido no que toca às proposições curriculares e, ainda, construir olhares mais abrangentes e que considerem a tamanha diversidade dos contextos em nosso País entre outros. O olhar construído possibilita enxergar mais por entre os olhares já produzidos e, ao mesmo tempo, ver que é preciso ampliar os olhares.

## Referências

Abuchaim, B. O. (2012). *Currículo, planejamento pedagógico e cotidiano na pré-escola: do prescrito-planejado ao experienciado-vivido*. (Tese de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_ecf27ebc2ecab-95c0f9922980bb30821](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_ecf27ebc2ecab-95c0f9922980bb30821).

Assis, R. (1985). Projeto Nezahualpilli: uma alternativa curricular para a educação de criança de classes populares. *Cadernos Cedes*. São Paulo: Cortez, 67-95.

Agostini, C. C. (2017). *As artes de governar o currículo da educação infantil: a base nacional comum curricular em discussão*. (Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Erechim, Brasil). Disponível em: <https://rd.ufrs.edu.br/handle/prefix/1566>.

Akuri, J. G. M. (2016). *Currículo na educação infantil: implicações da Teoria Histórico-Cultural*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/134386>.

Almeida, F. B. (2014). *A implementação da proposta curricular de educação infantil na rede municipal de Juiz de Fora: um estudo na escola municipal Elisa Amaral*. (Dissertação de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil). Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/a-implementacao-da-proposta-curricular-de-educacao-infantil-na-rede-municipal-de-juiz-de-fora-um-estudo-na-escola-elisa-amaral/>.

Amorim, A. L. N. (2011). *Sobre educar na creche: é possível pensar em currículo para crianças de zero a três anos?* (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4727>.

André, R. C. M. O. (2016). *Creche: desafios e possibilidades uma proposta curricular para além do educar e cuidar*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/36067>.

Apple, M. (1982). *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00248>

Appolinário, D. L. (2015). *Provinha Brasil: repercussões nas práticas curriculares da educação infantil*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil). Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/743>.

Barbosa, M. C. S. (2009). *Práticas cotidianas na educação infantil – bases para reflexão sobre as orientações curriculares*. (Projeto de Cooperação Técnica MEC e UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil). Brasília: MEC/SEB/UFRG.

Barros, A. P. (2013). *Currículo em ação e educação infantil: análise comparativa de concepções e práticas de professoras de duas realidades socioeconômicas diversas*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9720>.

Barros, M. (2010). *Poesia Completa*. São Paulo: Leya.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Lei n.º 9.394/96. Brasília: Assembleia Legislativa. MEC. Centro Gráfico.

Brasil. (2009). *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil*. Brasília: MEC. CNE. SEB.

Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME.

Bodenmuller, S. C. (2017). *Orientações Curriculares para a pequena infância na América Latina: uma análise da educação infantil obrigatória no Equador, Peru e Uruguai*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188272>.

Camargo, A. R. O. (2019). *Foto-grafando infâncias: experiências imagéticas e poéticas e currículo na educação infantil*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183533>.

Carneiro, M. C. M. (2017). *Currículo para bebês no contexto da creche: concepções, práticas e participação das crianças*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Ceará, Brasil). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/27107>.

Carvalho, R. N. S. (2011). *A construção do currículo da e na creche: um olhar sobre o cotidiano*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil). Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3233>

- Cicarello Júnior, I. C. (2018). *Educação infantil: concepções de desenvolvimento humano em documentos curriculares das três maiores cidades catarinenses*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade da Região de Joinville. Joinville, SC - UNIVILLE, Brasil). Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT-1\\_3437961193525558436f20ebdfe5d559](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT-1_3437961193525558436f20ebdfe5d559).
- Dantas, E. L. S. (2016). *Educação infantil, cultura, currículo e conhecimento: sentidos em discussão*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/22052>.
- Drummond, R. C. R. (2014). *Educação infantil-ensino fundamental: possibilidades de produções no entre-lugar*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil). Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_241cf5e95e1bb78e6f5a3d2b58aae077](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_241cf5e95e1bb78e6f5a3d2b58aae077).
- Espinoza, M. E. O. (2014). *Currículos por competências en la educación infantil: otras estrategias de gobierno de los infantes*. (Tese de Doutorado Latino Americano: Políticas públicas e profissão docente, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-gPMKQC>.
- Ferreira, B. S. (2012). *Conteúdos na educação infantil: tensões contemporâneas*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/69935>.
- Fiorio, A. F. C. (2013). *Pensando o currículo com as crianças: ou sobre aprendizagens inventivas na educação infantil*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, Brasil). Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1141/1/Tese.Angela%20Francisca%20Caliman.pdf>
- Fonseca, D. J. R. (2018). *Análise discursiva sobre a Base Nacional Comum Curricular*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás. Jataí, Brasil). Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9107>.
- Freitas, F. N. (2016). *De figuras que invento: movimentos de professores no currículo da Educação Infantil*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Taquari - Univates. Lajeado, Brasil). Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/1105>.
- Giroux, H. (1992). *A escola crítica e a política cultural*. São Paulo: Cortez.
- Giuriatti, P. (2018). *Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: contextos educativos para as infâncias no século XXI*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Caxias do Sul. Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/4589>.
- Gonçalves, C. B. V. (2019). *As fabulo invenções das crianças nos agenciamentos dos currículos*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, Brasil). Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11250>.
- Goodson, I. F. (2013). *Currículo: teoria e história*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Leite, M. S. A. (2014). *Currículo na educação infantil: um olhar reflexivo para repensar o desenvolvimento da oralidade em crianças de quatro e cinco anos de idade*. (Dissertação de Mestrado Profissional em Linguística, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil). Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2\\_776e939e9773b34ff2e983077a65d93](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB-2_776e939e9773b34ff2e983077a65d93).
- Maia, M. N. V. G. (2016). *Currículo da Educação Infantil e Datas Comemorativas: O que dizem profissionais e crianças*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Disponível em: <https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/doutorado/do8.pdf>.
- Maia, M. N. V. G. (2011). *Educação Infantil - Com quantas datas se faz um currículo?* (Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.21707>
- Miranda, M. R. (2013). *Jucu, jacutia, a gente dá comida pro jacui!: as culturas infantis: contributos na produção da identidade do currículo para educação quilombola*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/26955>.
- Monteiro, K. B. F. S. (2014). *Educação infantil e currículo: o lugar de crianças, famílias e professoras no currículo de uma instituição de educação infantil de Imperatriz/MA*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Brasil). Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/9019>.
- Mota, G. L. (2017). *A concepção de infância nas orientações curriculares para a Educação Infantil: um estudo sobre o documento da Prefeitura de São Paulo no período de 2005-2012*. (Tese de Doutorado em Educação - Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20109>.
- Nascimento, F. B. G. (2018). *Currículo integrador na Educação Infantil: concepção e visão de educadores do ensino municipal da cidade de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Educação - Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21457>.
- Oliveira, K. L. (2016). *Um currículo dança? perspectiva pós-crítica de currículo e infância a partir dos projetos de linguagens da UEI Cremação, Belém-PA*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém, Brasil). Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8598>.
- Oliveira, W. T. F. (2017). *Diversidade étnico-racial no currículo da educação infantil: o estudo das práticas educativas de uma EMEI da cidade de São Paulo*. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil). <https://doi.org/10.11606/T.48.2017tde-31072017-164022>
- Paulino, R. (2018). *Educação Infantil e currículo: conceitos e fazeres pedagógicos na Rede Municipal de Educação de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Educação - Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21819>.

Pavezi, N. P. (2014). *Limites e possibilidades da crítica ao Referencial Curricular Nacional para a educação infantil: uma abordagem marxista*. (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115554>.

Prates, M. R. C. (2012). *Composições curriculares na educação infantil: por um aprendizado afetivo*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil). Disponível em: [http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2296/1/tese\\_5628\\_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Riziane%20Costa%20Prates.pdf](http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2296/1/tese_5628_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Maria%20Riziane%20Costa%20Prates.pdf).

Santos, M. O. (2017). *Nós estamos falando! E vocês, estão nos escutando? Currículos praticados com bebês: professoras com a palavra*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/24562>.

Silva, T. M. (2018). *Os entrelugares educação infantil-ensino fundamental: o que podem os currículos tecidos com os cotidianos das escolas?*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo). Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/10845>.

Silva, T. T. (2015). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica.

Silva, V. J. (2016). *Encanto e coerência: a infância construindo pontes entre Reggio Emilia e a política para a educação infantil no município de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil).

Silva, V. A. (2010). *Análise da implantação de um currículo para a educação infantil do Centro Social Marista Itaqueira: desafios e perspectivas*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil).

Souza, D. L. (2018). *Base Nacional Comum Curricular e produção de sentidos de educação infantil: entre contextos, disputas e esquecimentos*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9527>.

Souza, E. X. (2015). *A elaboração e implementação da proposta curricular de educação infantil no município de Juiz de Fora*. (Dissertação de Mestrado Profissional em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora). Disponível em: <http://www.mestrado.caeduff.net/a-e-laboracao-e-implementacao-da-proposta-curricular-de-educacao-infantil-no-municipio-de-juiz-de-fora/>.

Souza, T. N. (2017). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em contexto de uso de Sistemas Privados de Ensino: a análise de concepções de professoras de pré-escolas*. (Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150455>.

Swetsch, P. S. (2017). *Educação Infantil, creche e currículo: movimentos e tensões entre o nacional e o local*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14971>.

Teles, F. P. (2018). *O brincar na educação infantil com base em atividades sociais, por um currículo não encapsulado*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil). Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_SP-1\\_0afce-e4eb8a8c2c60c08d8641646abcc](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_0afce-e4eb8a8c2c60c08d8641646abcc).

Trois, L. P. (2012). *O privilégio de estar com as crianças: o currículo das infâncias*. (Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49724>.

Tussi, D. (2011). *O espaço e o currículo: conexões e diálogos sobre as práticas pedagógicas no cotidiano da educação infantil*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil). Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6982>.

Zabalza, M. A. (1998). *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed.

---

## Elaine Luciana Sobral Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, RN, Brasil; professora de Magistério Superior na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), em Angicos, RN, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Educação da Infância, Cultura, Currículo e Linguagem - EDUCLIN (UFERSA - CNPQ).

---

## Denise Maria de Carvalho Lopes

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, RN, Brasil, com pós-doutorado em Educação pela Universidade de Coimbra/UC; professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, RN, Brasil. Líder do Grupo de Pesquisa sobre Crianças, Infâncias, Cultura e Educação (CRIANCE) - UFRN-CNPQ.

---

## Endereço para correspondência

Elaine Luciana Sobral Dantas

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Rua Gamaliel Martins Bezerra, 587, Bloco de Professores II, Sala 07

Alto da Alegria, 59515000

Angicos, RN, Brasil

Denise Maria de Carvalho Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Av Senador Salgado Filho, 3000, Centro de Educação, Sala 20

Lagoa Nova, 59078970

Natal, RN, Brasil